



UnB

Danglei de Castro Pereira
Rosana Cristina Zanelatto Santos
(orgs.)

A INSUSTENTÁVEL LEVEZA: A LITERATURA E SUA ANÁLISE

Brasília 2021



©Danglei de Castro Pereira e
Rosana Cristina Zanelatto Santos, 2021

Capa:

criação: Bruna Costa Nogueira

arte-final: Conceição

Projeto gráfico e diagramação:

Conceição | Ivete T. S. Conceição

Conselho Editorial: *Altamir Botoso – UEMS*

Ana Crélia Penha Dias – UFRJ

Augusto Rodrigues da Silva Junior - UnB

Cilaine Alves Cunha – USP

Geraldo Vicente Martins - UFMS

Rita Olivieri-Godet - Université de Rennes 2

Rogério da Silva Lima - UnB

Susanna Busato – UNESP

Wellington Furtado Ramos – UFMS

Editora

Universidade de Brasília

Departamento de Teoria Literária e Literaturas

159 A insustentável leveza : literatura e sua análise / Danglei de Castro Pereira, Rosana Cristina Zanelatto Santos (orgs.). – Brasília : Universidade de Brasília, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, 2021.
256 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-893-50-03-3 (impresso)

ISBN 978-65-89350-02-6 (e-book)

1. Literatura - Estudo e ensino. 2. Literatura - História e crítica.
3. Dialogismo (Análise literária) I. Pereira, Danglei de Castro (org.). II. Santos, Rosana Cristina Zanelatto (org.).

CDU 82.09

SUMÁRIO

Apresentação.....5

Meu tio lauretê em aberto

Rosana Cristina Zanelatto Santos..... 11

Denúncia e dialogismo em Canumã: a travessia

Delma Pacheco Sicsú

Danglei de Castro Pereira.....29

O(s)vendedor(es) de passados: construção de identidades históricas na literatura e no cinema

João Luis Pereira Ourique65

As mulheres da década de 30: marginalização e violência

Camila Fernandes Costa

Marta Aparecida Garcia Gonçalves.....95

Memórias da exploração em Torto Arado, de Itamar Vieira Júnior

André Rezende Benatti..... 131

Os limites do permitido: transdeliramentos, traduções e intertextualidade na poesia de Douglas Diegues

Ângela Cristina Dias do Rego Catonio157

APRESENTAÇÃO

O processo de mimesis na construção literária de Ana Miranda: o caso Gregório de Matos <i>Claudia Letícia Gonçalves Moraes</i>	187
A linha de sombra da crítica latino-americana <i>Lucilo Antônio Rodrigues</i>	213
A vez e a voz do vilão: novos exercícios de alteridade <i>Adriana Lins Precioso</i> <i>Henrique Roriz Aarestrup Alves</i>	229

O texto, esse, é atópico, senão no seu consumo, pelo menos na sua produção. Não é um falar, uma ficção, nele o sistema está desbordado, desfeito (esse desbordamento, essa defecção, é a significância). Desta atopia ele toma e comunica a seu leitor um estado bizarro: ao mesmo tempo excluído e pacífico. Na guerra das linguagens, pode haver momentos tranqüilos, e esses momentos são textos ('A guerra, diz uma das personagens de Brecht, não exclui a paz... A guerra tem seus momentos pacíficos... Entre duas escaramuças, pode-se esvaziar muito bem um canecão de cerveja...'). (BARTEHS, 1999, p. 41).¹

Um breve histórico se faz necessário: o Grupo de Pesquisa Historiografia literária, Cânone e Ensino (GPHCE) surgiu em 2012, certificado inicialmente junto à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e, depois, junto à Universidade de Brasília (UnB), com a participação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Contamos com pesquisadores/as das IESs já referidas, bem como com colegas da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Pelotas

¹ BARTHES, R. *O prazer do texto*. Tradução de J. Guinsburg. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

ROSANA CRISTINA ZANELATTO SANTOS possui graduação em Letras Câmpus de Araraquara pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1989), mestrado em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (1995) e doutorado em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (1999). Professora Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura portuguesa, literatura comparada, literatura brasileira, teoria da literatura e ficção e história, violência e horror. Vice-Presidente da ABRAPLIP (2010-2011). Presidente (2012-2013) da ABRAPLIP. Membro do GT de Literatura e Ensino da ANPOLL. Membro da Diretoria da ABRAPLIP (2020-2022). Atual Vice-Presidente do Conselho Curador da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC). Bolsista de Produtividade - CNPq.

DENÚNCIA E DIALOGISMO EM CANUMÃ: A TRAVESSIA

Delma Pacheco SICSU

Universidade do Estado do Amazonas-UEA

dsicsu@uea.edu.br

Danglei de Castro Pereira

Universidade de Brasília-UnB

danglei@terra.com.br

O início da travessia: as primeiras remadas

Canumã: a travessia é o primeiro romance indígena amazonense na cena literária brasileira. De autoria do escritor indígena munduruku Ytanajé Cardoso, o romance aborda diversas questões a respeito dos povos nativos e sua relação com a sociedade não indígena. A leitura do romance nos convida a conhecer a cultura munduruku na contemporaneidade em diálogo com seu passado ancestral e nos provoca a pensar e refletir sobre a concepção que se tem do ser indígena no contexto da aldeia e na cidade.

Canumã: a travessia representa a história de muitos amazonenses indígenas e não indígenas do interior do maior estado da federação cujas realidades são muito próximas em situações do cotidiano e da cultura. O romance se apresenta por uma narrativa do povo indígena, no entanto, não por um viés romântico, e sim pelas lentes de um jovem escritor nativo que, ao dar vida aos seus personagens,

traz à tona problemas vividos pelos povos originários na contemporaneidade, entre eles o alcoolismo, o avanço das tecnologias na aldeia, bem como os estereótipos presentes sobre os indígenas.

O presente estudo tem como objetivo discutir acerca do caráter dialógico e denunciativo na literatura indígena.

Auto-história na literatura indígena brasileira contemporânea

O século XXI tem protagonizado na cena literária brasileira uma explosão de publicações do que se convencionou chamar de literatura menor. Entre essas literaturas encontram-se os textos artísticos de escritores pertencentes a diferentes etnias indígenas que, por sua vez, não compreendem o conceito de literatura conforme a tradição literária ocidental.

A compreensão em torno do que é ou não é literatura para os escritores indígenas é um ponto importante a ser discutido. Considerando-se o número significativo de publicações desses escritores e o lugar que o indígena ocupa nos textos, temos um entendimento bem diferente da forma como ele é representado na literatura brasileira.

O indígena ocupa posição de relevo na literatura brasileira desde os seus primórdios. Durante esses últimos cinco séculos, eles participaram contra a própria vontade da história literária brasileira enquanto personagens construídos pelas plumas dos não indígenas. (BEHR, 2016, p. 259).

A voz autoral do escritor indígena no século XXI protagoniza o direito de os povos originários narrarem sua própria história. Seus textos descortinam verdades silenciadas há séculos, possibilitando repensar e ressignificar a história do país e o papel dos povos originários na construção de nossa identidade como brasileiros.

Para Silvio Romero, “todo brasileiro é um mestiço quando não no sangue, nas ideias” (1980, p. 54). Equivale dizer que, por mais que se queira negar, os negros e indígenas têm uma parcela de contribuição considerável na nossa formação cultural. Embora não tenhamos traços ameríndios ou africanos, não é exatamente o aspecto físico que mostra nossa identidade. Ela é evidenciada, porém, em nossos hábitos, nossa língua, nossa cultura.

A leitura de literatura de autoria indígena exige uma retomada do processo histórico da literatura brasileira. Não no sentido de apagar ou deslegitimar tudo que foi escrito e inscrito, mas no sentido de refletir criticamente acerca da produção cultural dos povos originários e do papel do indígena na formação cultural do país.

A literatura atua em determinados momentos históricos no sentido da união da comunidade em torno de seus mitos fundadores de seu imaginário ou de sua ideologia, tendendo a uma homogeneização discursiva, à fabricação de uma palavra exclusiva, ou seja, aquela que pratica uma ocultação sistemática do outro, ou uma representação inocentada do outro. No caso da Literatura Brasileira, este outro é o negro cuja representação é frequentemente ocultada, ou o índio cuja representação é, via de regra inventada (BERND, 1992, p. 21).

A ideia estereotipada que muitas pessoas ainda têm sobre a Amazônia, por exemplo, é fruto de uma invenção criada pelo colonizador. Invenção essa que toma o indígena como um objeto de uma história contada pelo olhar eurocêntrico. Nessa perspectiva, ao nativo é assegurada a identidade de selvagem, indolente e indomável, incapaz de produzir saber, sem cultura, habitante de um lugar exótico e inóspito.

Ao narrar a Amazônia pela sua perspectiva ocidental os colonizadores silenciaram a voz de seus sujeitos. Além disso, lhes atribuíram estes estereótipos que ainda hoje perduram no imaginário social e de quem não vive e/ou não conhece esse pedaço do Brasil. Essa identidade indígena forjada na literatura foi iniciada desde a chegada do colonizador e permeia a literatura brasileira por séculos.

De objeto para sujeito de sua própria história, o indígena assim desponta na produção literária de escritores originários do Brasil em um movimento que se inicia no século XX com textos poéticos de caráter político em defesa das causas indígenas. Fred Di Gia como informa que:

Quando a jovem Eliane Potiguara, indígena e periférica começou a publicar poemas, crônicas e jornalismo independente, no final de 1970, o que viria a ser chamado de “literatura indígena” ainda não sonhava existir - era literalmente tudo mato. Contemporânea dos poetas marginais da “geração mimeógrafo”, Eliane publicava “poemas-pôster” e cartilhas mimeógrafas com suas criações artísticas desde 1979. Um ano depois, sairia o primeiro livro publicado

por autores indígenas oficialmente: “Antes o mundo não existia” (Livraria Cultura Editora) de UmúsinPanlõnKumu e TolamãKehiri, membro do povo Dessana. (Disponível em: <<https://www.uol.com.br>>).

O plantio desta literatura inicia-se no século XX e é fortalecido em 1988 com a Constituição Brasileira, especificamente no Art. 231. Esse artigo estabelece que o indígena passa a ter o direito de ser reconhecido na sua organização social, seus costumes, suas línguas, crenças e tradições, bem como no direito às terras.

A Constituição de 1988 é tão importante para os povos originários, pois ela “suprime qualquer tentativa assim ilacionista e reconhece pela primeira vez, a diversidade cultural das populações indígenas” (BEHR, 2016, p. 260).

A literatura indígena brasileira inicia seu processo de legitimação e lugar no mercado editorial e nos círculos de leitura no século XX. No entanto, é no século XXI que ela ganha destaque, quando surge um número significativo de escritores indígenas. A legitimação de direitos segue com a Lei 11.645/2008, uma vez que esta destaca a obrigatoriedade do ensino da cultura indígena nas escolas. A referida lei provoca uma revisão no currículo escolar. Assim, a circulação, discussão e reconhecimento da importância da cultura dos povos originários na História do Brasil ganha novo fôlego.

A literatura de autoria indígena é um grito de liberdade. Grito que ecoa das folhas dos livros, para espaços além da comunidade indígena, buscando uma interlocução com o não indígena para que os povos originários possam se fazer ouvir e contar a outra versão da própria história, por séculos silenciada.

[...] o mecanismo do silenciamento é um percurso de contenção de sentidos e de asfixia do sujeito porque é um modo de não permitir que o sujeito circule pelas diferentes formações discursivas, pelo seu jogo. Com o apagamento de sentidos, há zonas de sentido, e, logo, posições do sujeito que ele não pode ocupar, que lhe são interditas. (ORLANDI, 2008, p. 60).

A literatura de autoria indígena plantada no século XX é uma literatura de resistência. Serve também para ressignificação a história dos povos originários que tem, agora, a oportunidade de reescrever sua própria história, pela ótica de um escritor narrador que vivencia o que escreve. Nesse sentido, o escritor indígena exerce um papel muito importante, a saber, falar sobre seu povo de forma crítica e reflexiva. Consequentemente, seus textos ajudam a desconstruir conceitos e estereótipos, por meio da auto-história, a qual não coloca o indígena numa visão romantizada, mas em sua complexidade e hominização.

A palavra é sagrada por ela ensinamentos são repassados e a cultura segue seu fluxo sereno e calmo do rio. Aprender a escrever nos tempos de nossos bisavôs e avôs foi uma decisão estratégica e necessária para a resistência dos povos até os novos dias. (KAMBEBA, 2020, p. 91).

A palavra escrita na sociedade hodierna tem sido uma ferramenta fundamental para que os povos originários

transitem entre diferentes culturas e assim sejam para ser porta-vozes de sua história, fazendo circular seu saber, sua cultura, suas ideias e lugar no mundo por meio de suportes diversos da escrita. Para os indígenas se trata de uma ferramenta, uma técnica que precisa ser muito bem manejada como afirma Daniel Munduruku (2018) e por meio dela se mantém registrada no objeto livro a memória ancestral indígena, sua cultura, seu saber e sua posição crítica e reflexiva diante de problemas enfrentados por seu povo.

O escritor indígena sabe da responsabilidade que carrega sua escrita, uma vez que ela não representa apenas sua memória, senão que se transforma em coletivo quando sai de suas mãos e ganha um público leitor dentro da aldeia e fora dela. (KAMBEBA, 2020, p. 93).

A modalidade escrita possibilita que os textos circulem e sejam lidos além do seu espaço de produção e no que tange à produção literária indígena. A circulação literária é imprescindível e significativa, pois oportuniza, ao leitor não indígena, a reeducar o seu olhar a respeito dos povos originários e a desconfiar da forma como a representação deles foi tratada pela história oficial, considerando-se a influência dos povos indígenas na construção da cultura e do povo brasileiro.

As textualidades indígenas estão abertas as redes de relações que congregam o local e o global e os autores indígenas transitam por espaços tribais, mas também urbanos, ou seja,

eles estão localizados em espaços culturais ancestrais, além de dialogarem com culturas cosmopolitas. (THIEL, 2012, p. 77).

A literatura indígena contemporânea, ao transitar por diversos espaços, possibilita aos indígenas o retorno à sua memória ancestral agora registrada no objeto livro, num movimento de reconhecimento de auto história. Os leitores não indígenas, por sua vez, têm nesses textos o privilégio de ler sobre os indígenas pela escrita de escritores autóctones, tendo em vista a ausência destes textos na escola, principal instituição de formação leitora.

Ler a literatura indígena é conhecer outro lado da história que não foi contada pelos colonizadores. Também não foi contada pelos escritores da literatura brasileira. A leitura, porém, oportuniza repensar a identidade nacional, considerando-se, inclusive, a possibilidade de se ser indígena, haja vista os diversos processos de colonização e apagamento das identidades dos povos originários não nos legou esse pertencimento.

Entre esses processos está o fato de que muitos indígenas “tiveram que aceitar a convivência submissa com colonos e invasores, adotando categorias regionais, como caboclos, ribeirinhos, castanheiros, homens da floresta, entre outros” (SOUZA, 2018, p. 54). Tal aceitação não pode, todavia, ser vista como ato de covardia, mas como ato de coragem e de resistência para não sucumbir à grande possibilidade de extermínio físico e cultural de seu povo.

A Constituição de 1988, a aquisição da escrita, o acesso à escola e a Universidade, os movimentos indígenas e a vasta publicação de obras de autoria indígena contribuíram consideravelmente para que os povos originários do Brasil

ocupassem seu lugar de fala em diferentes setores da sociedade brasileira. Esse fato proporcionou o resgate do orgulho de se identificar como nativo; como alguém que teve sua história silenciada por séculos, consequência de uma política de apagamento que lhe negava o direito de ser indígena. Julie Dorrico sugere que:

Até o advento da Constituição Federal em 1988, os indígenas que nasciam no Brasil, só recebiam a cidadania se abdicassem da identidade étnica. Impedidos de gozar da cidadania ficavam sob a tutelas paternalistas e com direitos humanos ameaçados. Com a promulgação da Carta Magna, os indígenas passaram a ter o direito as suas identidades étnicas e a cidadania brasileira concomitantemente. (Disponível em: <uol.com.br>).

Na superação desse tipo velado de etnocídio é incontestável a importância da Constituição de 1988. Ela assegura o direito de ser dos indígenas. No entanto, apenas isso não paga a dívida histórica que o Brasil tem com os povos originários. A Carta Magna, igualmente, fortalece os povos indígenas na busca pelo reconhecimento de sua diversidade étnica e cultural na busca pelo direito à Educação, mas a obrigatoriedade do estudo para esses povos só foi legitimada com a Lei 11.645/08, provocando a inserção da cultura dos povos originários no currículo escolar não em datas pontuais, mas de forma recorrente.

Por essa razão, a literatura indígena contemporânea ajuda na reflexão do que somos como brasileiros; no

reconhecimento indiscutível dos povos indígenas na nossa formação identitária e cultural. Portanto, uma das funções da literatura indígena contemporânea é quebrar estereótipos em torno dos povos originários. É preciso superar a ideia de que os indígenas são homens do passado, por isso ainda se pensa nestes povos como selvagens, atrasados e sem cultura. Ledo engano. Os povos indígenas são homens do presente que, como os não indígenas, acompanham a evolução do mundo, da sociedade, o que não lhes tira a sua identidade étnica.

[...] como qualquer outro povo, cultura e tradição, é apropriado situá-los no contexto da interculturalidade, da cultura em que se formaram e se estabeleceram, promovendo intercâmbios que proporcionam trocas, apropriações, empréstimos culturais, redefinindo-se ou acomodando-se, construindo novas identidades, novas referências culturais que atendessem suas necessidades pela manutenção da vida e de seu ecossistema [...] nós, os indígenas, fazemos parte da contemporaneidade do Brasil. Somos antigos, mas também modernos. Estamos em todo território brasileiro, participamos da elaboração das leis, elegemos candidatos e, como a maioria dos brasileiros, sofremos com os efeitos de uma economia desestabilizada e conflitos políticos, como educação e saúde sem qualidade e mais do que ninguém, padecemos com os desequilíbrios ambientais produzidos pelas intervenções economistas e

desenvolvimentistas em nossas terras. (SOUZA, 2018, p. 56).

Como produto do tempo presente, a literatura indígena escrita abarca toda complexidade e diversidade étnica e cultural dos povos originários. De forma generalizada, toda produção escrita focaliza os povos originários, registrando no objeto livro a ancestralidade de cada nação indígena entre outras temáticas presentes na sociedade indígena.

A literatura de ficção, compreendida como *mimesis* na concepção aristotélica, ancora-se nos tempos imemoriais e presente dos povos indígenas, atualizando a memória e oralidade desses povos, denunciando problemas de ordem política e social por eles enfrentados, em um processo dialógico entre as sociedades indígenas e não indígenas, como frisa o escritor Ytanajé Cardoso que também compreende a literatura como imitação.

Esta literatura não apenas começa a ocupar o mercado editorial, mas também provoca uma revisão na literatura brasileira e ao provocar essa revisão na tradição literária não quer dizer que apaga toda a produção literária brasileira do século XVI ao XX. Assim, ela se contrapõe às vozes de outras literaturas em que o protagonismo foi excluído por séculos. Tal exclusão não se limita apenas aos indígenas.

[...] a literatura brasileira tem se revelado mais excludente do que se caracterizado pela convivência solidária na abordagem de temas relacionados ao índio, ao negro, ao judeu, à mulher, à criança, ao homossexual e ao idoso, entre outros segmentos que a sociedade

dominante rotula de minoria. (GRAÚNA, 2013, p. 45).

Mas os segmentos considerados minorias pela classe dominante se organizaram e criaram movimentos em defesa de suas causas, na luta pelo seu lugar de fala e de reconhecimento como protagonistas da história do Brasil. Suas vozes silenciadas hoje ecoam nos diversos setores da sociedade e atuam como ato de resistência e luta pelo direito de falar e de escrever sua própria história. Nesse contexto, surge a produção literária desses grupos, rotulada como literatura menor.

Esta literatura, fora da tradição literária brasileira, tem um teor denunciativo das mazelas sofridas por esses grupos e buscam no *corpus* de seu texto refletir acerca da posição que essas pessoas ocupam na sociedade. Da mesma forma, a literatura pode ser um veículo de denúncia, mas igualmente de diálogo entre a classe dominante e esses segmentos sociais tomados como minorias pela hegemônica.

Nas literaturas destes segmentos sociais, “nelas tudo é político [...] e tudo adquire um valor coletivo” (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 26-27).

O caráter dessa literatura está no fato de ela denunciar os problemas enfrentados pelos povos indígenas e por reclamar para si a historicidade dos povos originários apagadas nos discursos oficiais e silenciada por diversos processos de dominação. Essa literatura também tem caráter coletivo porque, embora de autoria individual, a voz enunciada nesses textos é plural e traduz questões inerentes a esse grupo social.

Apesar da falta de seu reconhecimento na sociedade letrada as vozes indígenas não se calam. O seu lugar está reservado na história de um outro mundo possível. Visando a construção desse mundo, os textos literários de autoria indígena tratam de uma série de problemas e perspectivas que tocam na questão identitária e que devem ser esclarecidos e confrontados com os textos indígenas, pois trata-se de uma questão muito delicada e muito debatida hoje entre os escritores indígenas. (GRAUNA, 2013, p. 55).

Os textos literários de autoria indígena possibilitam confrontar a literatura brasileira num processo dialógico que reconheça o indígena como sujeito de sua própria história e com sua identidade singularizada dentro de um contexto étnico diverso. As inúmeras produções pertencentes a diferentes etnias rechaçam a ideia por séculos veiculada acerca dos povos originários, tidos como homogêneos em sua cultura, aspecto físico e caráter. Diferente da forma como o indígena é representado na literatura brasileira, os sujeitos de papéis (eu lírico, personagens, narrador) desta literatura representam o homem originário do Brasil em toda sua complexidade. Não há espaço para o maniqueísmo, nem para a idealização do ser indígena e do seu contexto sociocultural.

A literatura indígena desconstrói a ideia sobre os povos originários. A começar pelo confronto da nomeação e dos adjetivos dados a eles por colonizadores, invasores e a classe dominante ao longo da história do Brasil. Entre essas nomeações, estão a palavra índio e a palavra tribo, que

demandam estereótipos caríssimos aos povos indígenas e soam como termos pré-conceituados:

[...] a palavra “índio” remota a preconceitos por exemplo, a ideia de que o indígena é selvagem e um ser do passado – além de esconder toda a diversidade dos povos indígenas.

[...] A palavra indígena diz muito mais a nosso respeito do que a palavra “índio”. Indígena quer dizer originário, aquele que está antes dos outros. (Disponível em: <<https://g1.globo.com>>).

Na mesma linha de pensamento de Daniel Munduruku, Julie Dorrico também discute sobre certas palavras que não devem ser aceitas pelas comunidades indígenas. Para Dorrico,

[...] o termo “tribo”, usado para identificar o povo étnico, foi superado na Convenção OIT, em 1989, sendo substituída pelo termo “Povo”.

A Convenção, realizada em âmbito internacional, diferenciou de “populações” que denota transitoriedade e contingencialidade, e caracterizou “povos” como segmentos nacionais com identidade e organizações próprias, cosmovisão específica e relação especial com a terra que habitam. (Disponível em: <www.uol.com.br>).

A literatura indígena contemporânea é, portanto, um desvendamento. Trata-se de um caminho para um grande aprendizado da sociedade não-indígena que, de posse desses textos, pode confrontar verdade absolutas sobre os povos originários, reforçadas ao longo dos séculos. Essa literatura ajuda a desconstruir visões equivocadas sobre os povos indígenas, como por exemplo, a ideia de que eles são seres do passado; a ideia de que para ser indígena é preciso necessariamente morar na floresta, andar nu e pintado.

Estas ideias caem por terra, pois os indígenas, no seu direito de pertencimento e de cidadão brasileiro, por inúmeros motivos vão morar no contexto urbano. A cidade passa a ser seu lugar de moradia, de resistência e de busca por melhores condições de vida como ter acesso a saúde, à educação, bem como ter o direito de ser indígena mesmo morando na cidade como diz Márcia Kambeba (2013) em seu poema “Eu moro na cidade”. Para o escritor Ytanajé Cardoso, a literatura indígena contemporânea tem uma grande importância para os estudos literários. Para ele a literatura indígena:

É fundamental e está cada vez mais diversificada. Está trazendo propostas diferentes, formas de dizer a cultura indígena diversa. Isso é muito interessante e a Universidade tem que se aprofundar nessas propostas. Nós temos uma série de escritores indígenas que são fundamentais para entender a história dos povos indígenas e a história do Brasil de modo geral. E a literatura indígena, inclusive, tem dado sinais de que a proposta dela como o aprimoramento da Educação no campo da linguagem, ela está mais

*avançada que outras áreas como a história e a geografia porque a literatura indígena tem esse poder de significar e ressignifica a todo instante os discursos sobre os povos e os discursos não indígenas envolvendo o processo intercultural. E a literatura tem esse poder. A literatura indígena tem esse poder de tornar o outro uma parte de mim; tentar levar minha existência para o outro e tornar o outro uma parte de mim. Eu quero alcançar o outro e esse outro eu alcanço pela literatura. A literatura indígena tem esse papel de dialogar, de propor uma relação mais harmoniosa entre os povos. É uma proposta de diálogo entre as culturas*⁹

A abertura de diálogo entre a sociedade indígena e não indígena é uma porta para se redescobrir a história dos povos indígenas. Desta vez, pela voz dos escritores autóctones que, de posse de sua historicidade, nos ensinam “a aprender a lembrar, ou aprender lembrando, qual é a missão da narrativa. Aprender a historicizar o que é literatura” (BRITO, 2019, p. 60).

No romance **Canumã: a travessia**, de autoria do escritor indígena Ytanajé Cardoso, é uma entre as inúmeras narrativas indígenas que nos possibilita (re) pensar a literatura de ficção indígena como lugar de fala da cultura indígena, como veículo de aprendizagem acerca dos povos originários e sua relação indissociável entre o passado e o presente, entre tradição e modernidade, entre oralidade e escrita por meio da representação de sujeitos,

⁹ Entrevista concedida 20 de março de 2021, via Plataforma Google Meet

de papéis que, em toda sua complexidade, ganham vida na narrativa, provocando assim um repensar em torno deste outro, o indígena, visto ainda por muitos pelas lentes de estereótipos não superados.

O caráter responsivo no romance **Canumã: a travessia**

A literatura de ficção nos privilegia conhecer outros tempos, outras culturas, outros sujeitos em diálogo com diferentes áreas do conhecimento. Por nos possibilitar tudo isso, a literatura aciona a relação de alteridade entre os sujeitos envolvidos no uso desta: autor, sujeitos ficcionais e leitor. Entre os sujeitos ficcionais de grande importância na condução do diálogo, entre as diferentes culturas, está a figura do narrador.

Na literatura indígena, essa categoria narrativa tem o papel crucial de conduzir a história e ser o fio condutor na interlocução entre o narrador e seus interlocutores. Na literatura oral, o narrador, além de saber usar com maestria as palavras, ele precisa também ser performático para envolver os ouvintes. Na literatura indígena contemporânea, o narrador oral se desloca para o texto escrito e mantém o diálogo com seus leitores quando, de alguma forma, os chama para participar da história narrada.

Comum a todos os grandes narradores é a facilidade com que se move para cima e para baixo nos degraus de sua experiência,

como uma escada. Uma escada que chega até o centro da terra e que se perde nas nuvens – é a imagem de uma experiência coletiva, para a qual mesmo o mais profundo choque da experiência individual, a morte, não representa, nem um escândalo nem um impedimento. (BENJAMIN, 1985, p. 215).

Em **Canumã: a travessia**, a morte de Parawá, ancião da aldeia, levanta uma problemática que tem sido constante nas comunidades indígenas: a falta de interesse dos jovens em ouvir e contar histórias. A morte do ancião mostra que a figura do narrador oral está em vias de extinção e por isso a prática da contação de história precisa ser fortalecida e revigorada nas aldeias.

Uma das formas de se manter essa prática é fortalecendo a língua materna por meio de projetos e práticas escolares, “levando áudios de vozes dos nativos, para que os alunos participantes [das ações] tenham contato com a língua nativa pronunciada e reproduzam textos na língua nativa com tradução livre em português, tanto escrito como oral”. (CARVALHO; AVILAR, 2021). Além de buscar mecanismos que levem os jovens e crianças a não se perderem de sua cultura ancestral, sem necessariamente ter que abrir mão de sua realidade presente, pois o indígena é um homem do presente que acompanha a evolução da sociedade, ancorado, no entanto, na sua identidade e memória ancestral, como se pode perceber no excerto abaixo:

É perfeitamente aceitável que a vovó Ester não saiba o porquê de os mundurucu do Pará não terem perdido a língua, pois comparada com a geração dos antigos guerreiros mundurucu, ela é uma geração bem jovem, não chegou a ver como os mundurucu no Amazonas se estabeleceram no Canumã e no Mari-Mari. Ela lembra apenas o início do processo de perda da língua. Não obstante a sua idade já meio avançada, lembra das histórias que seu pai lhe narrava, e que o pai deste repassava, como num ritual no qual as lembranças milenares vão-se projetando para o coletivo, para os futuros herdeiros da cultura. (CARDOSO, 2019, p. 55).

Como num movimento circular, as histórias contadas pelos mais velhos são uma forma de educar as futuras gerações e também de denunciar a mais cruel violência sofrida pelos povos originários, a imposição da língua do colonizador e os mecanismos de apagamento das línguas indígenas. Os avós são os grandes mestres da comunidade e carregam consigo uma larga experiência de vida; são arquivos vivos da memória ancestral do seu povo, e a eles cabe a missão de educar os remanescentes. Saber escutar os grandes mestres da aldeia é um dos desafios, é o que tem se perdido entre os jovens indígenas.

É preciso ouvir os velhos, pois eles detêm o saber ancestral e para manter esse saber é necessário os mais jovens escutá-los para assimilar e guardar para as futuras gerações todo o conhecimento que lhes foi repassado. A

“voz, avós”, assim se refere Maria Inês Almeida (2019, p. 31), ao tratar sobre a importância da voz dos anciãos na aldeia tidos como detentores de saber e mantenedores da memória, ancestralidade e identidade do seu povo.

Nas comunidades indígenas, segundo Daniel Munduruku¹⁰, as crianças e adolescentes passam por três tipos de educação:

A educação do corpo em que os pais são responsáveis. E a educação da mente e do espírito sob a responsabilidade dos avós.

A mente é educada pelos avós. Essa educação se dá pelas histórias contadas pelos avós. O velho é o que tudo sabe. A criança é o que tudo pode. Tem muitas histórias, muitos segredos que as pessoas só passam a conhecer quando se tornam avós. A repetição constante das histórias é que formam as memórias.

A relação de afeto e de aprendizagem das crianças e dos adolescentes com os avós é um dos aspectos da educação indígena destacada no romance **Canumã: a travessia**. Na aldeia, os avós representados no romance de Ytanajé Cardoso ganham destaque na figura do velho Parawá que, por meio de suas histórias, ensinava as crianças, adolescentes e adultos sobre os diversos assuntos nas rodas de conversa. Parawá detinha o vastíssimo conhecimento ancestral. Sabia sobre todo o processo

¹⁰ Palestra proferida por Daniel Munduruku no curso Vozes Ancestrais “Ecos da Literatura Indígena Contemporânea”, oferecida pela Equipe Barco, via Plataforma Google Meet, em 2 de fevereiro de 2021.

de aproximação e aculturação do povo munduruku pela sociedade não indígena, principalmente a igreja católica.

Nossos avôs e avós não deixaram de dar esses ensinamentos. A noite continuava nas palavras de seu Parawá.

-Vou contar uma história que ainda não contei. É a história do matim e do meu tio. Alguém já ouviu a história do matim?

- Eu já, mas não lembro bem não, porque quem me contou foi o Neto, que contou que o avô dele tinha visto um lá pro lado da Fronteira. Ele também não sabia muito.

Uhm! Deixaeu contar, então! Essa vocês nunca ouviram, eu nunca contei.

[...] Vô, mas quando a gente sabe quando um matim está assoviando? Como é o assovio? [...].

-Mesmo assim “timm, timm, timm”.

Mas não é muito bom ouvir não, esse bicho também é agourento, igualmente a coruja.

Ontem eu ouvir um pássaro cantar, mas não era o matim não, era um ticoã. Outro que não é nadinha agourento, né? Vocês já ouviram a história do ticoã, curumizada? (CARDOSO, 2019, p. 119-121).

Os velhos têm, portanto, um papel crucial na educação dos mais novos, pois estes deverão ser preparados para substituí-los no futuro. São eles que irão manter e resguardar toda a sabedoria ancestral, toda a memória identitária adquirida. A identidade indígena se reforça nessa aprendizagem de escuta, mas também na aprendizagem prática que ocorre na floresta.

O indígena aprende desde a mais tenra infância como se relacionar com a natureza. Aprende na convivência com os mais velhos a ler o rio e a floresta para sobreviver. Ele aprende a silenciar. Saber silenciar é, pois, fundamental para se aprender a ouvir o rio e a floresta e assim compreender suas dinâmicas, sua geografia, seus ciclos, seus perigos, numa relação de respeito e amor ao meio ambiente. Para Daniel Munduruku¹¹,

O silêncio é uma forma ferramenta para conhecimento. É preciso se educar os sentidos para manter as condições de sobrevivência. O melhor silêncio é saber prender o conhecimento na nossa cabeça que é capacidade de concentração. Na cidade tudo é possível, na floresta não, porque se a gente se descuida a gente vira caça. Silenciar é fundamental para sobreviver.

A aprendizagem por meio do silêncio é retratada no romance **Canumã: a travessia** quando em uma determinada ocasião a família de Rãcâp está na floresta e é surpreendida por um grupo de queixada. A família só não é devorada pelos animais porque Antônio ouve o barulho dos animais vindo em sua direção e grita desesperado para as pessoas.

Aprender a ouvir o barulho da mata é importante para sobreviver, para aprender a ler a natureza. Por saber ler a natureza é que Antônio consegue salvar as pessoas que estão com ele na floresta, orientando-as sobre o que

¹¹ Palestra proferida por Daniel Munduruku no curso Vozes Ancestrais “Ecos da Literatura Indígena Contemporânea”, oferecida pela Equipe Barco, via Plataforma Google Meet, em 3 de fevereiro de 2021.

deveriam fazer para não serem devoradas pelos porcos queixadas.

-Corre! Corre! Sobe nas árvores!

Uma voz desesperada surge da floresta. Maria percebe que Antônio não estava brincando, e em seguida ouve mais gritos.

-Sobe nas árvore. Os queixada estão vindo pra cá, sooobe!

Mais que depressa, a grande mãe pegou jovem Oburé, colocou-o nos braços e mandou as crianças subirem o mais rápido possível nas Árvores.

Cada um se posicionou em seu lugar, Antônio varou do mato e trepou no tronco de castanheira que estava inclinada obliquamente noutra árvore - talvez um raio deixará este presente. Logo ao lado de Rãcâp estava Francisco, ambos com arcos e flechas, caso fosse necessário. O irmão do meio de Rãcâp agora é quem estava aprendendo a empunhar firme o arco. (CARDOSO, 2019, p. 19).

A floresta é uma grande sala de aula onde as crianças nativas aprendem com seus pares ensinamentos que lhes serão de grande valia para toda sua existência. Nesta grande sala de aula, as crianças e os jovens indígenas aprendem o valor de se preservar a natureza, aprendem a sobreviver e a tirar dela seu sustento sem, necessariamente, destruí-la. A floresta é um grande campo de aprendizagem que resguarda a vida, a ancestralidade e a sobrevivência dos povos indígenas.

Nas comunidades indígenas, a educação das crianças e dos jovens não se restringe ao seio familiar ou à escola. A educação é coletiva e visa ao bem comum e à formação ética, cultural e afetiva dos aprendentes, como lista Gersen dos Santos Luciano, indígena da etnia baniwa:

- > A família e a comunidade ou o povo são responsáveis pela educação dos filhos. É na família que se aprende a viver bem: ser um bom caçador, um bom pescador.
- > Aprende-se a fazer roça, plantar, fazer farinha.
- > Aprende-se a fazer canoa, cestarias.
- > Aprende-se a cuidar da saúde, benzer, curar doenças, conhecer plantas medicinais.
- > Aprende-se a geografia das matas, dos rios, das serras; a matemática e a geometria para fazer canoas, remos, casas, roças, caruri, etc.
- > Não existe sistema de produção ou seleção.
- > Os conhecimentos específicos são dos pajés, estão a serviço e ao alcance de todos.
- > Aprende-se a viver e a combater qualquer mal social, para que não haja na comunidade crianças órfãs e abandonadas, pessoas passando fome, mendigos.
- > Alunos e professores de escolas atuais ensinam novos conhecimentos aos antigos pajés, mestres e caciques tradicionais e vice-versa. (LUCIANO, 2006, p. 147).

Tais valores e mecanismos de educação tradicional citados por Baniwa se fazem presentes no romance **Canumã: a travessia** em diferentes situações. Entre essas situações encontra-se a história do jovem Rãcâp e Nayara que, no auge de sua juventude, se deparam diante de um grande problema: a gravidez não planejada de Nayara. Prestes a se mudar para a cidade com sua família, Rãcâp se vê diante de um dilema: encarar a gravidez de Nayara e assumir a responsabilidade ou seguir com sua família para a cidade.

Os jovens conversam entre si e decidem o que o melhor para eles é Rãcâp seguir sua família. O jovem promete voltar e casar com Nayara. Após alguns anos, Rãcâp volta para aldeia e cumpre o que havia prometido para Nayara. Ao voltar para aldeia, o jovem cumpre a promessa de não abandonar seu filho.

A gravidez na adolescência na aldeia é uma das muitas questões trazidas para a cena literária em **Canumã: a travessia**. Outra questão trazida no romance é o alcoolismo, problema muito presente nas comunidades indígenas, que as lideranças indígenas buscam solucionar, lançando mão de mecanismos para educar a vítima desse problema. É o que ocorre com Joaquim que, após beber muito e criar confusão na aldeia, é repreendido e castigado pelo tuxawa.

Emputecido, o tuxawa veio de sua casa com uma corda e um cacete que vinha guardando. [...] –Não acredito, tu de novo!
Uma paulada forte fez o gargalo cair a quase três metros de Joaquim!

Pega esse sacana e vamos amarrar ele lá no pau-dos-porres pra ele aprender. Eu já tinha avisado, mas parece que eu estou falando com um pedaço de pau.

-Cala tua boca, vou te amarrar é agora! – Vociferava Nunito: -Tu vai ficar amarrado aqui, a noite toda, tu só vai sair amanhã quando tu estiver bom, aí tu vai lembrar do que tu fez. É isso que dá trazer cachaça pra cá. [...] Lembrome que era assim: Nunito tratava, em igual medida, qualquer um que violasse a lei da aldeia. (CARDOSO, 2019, p. 82-83).

Em **Canumã: a travessia** muitos problemas que adentram nas comunidades são denunciados, e o alcoolismo tem sido um desses grandes problemas não apenas nas aldeias, mas também no contexto urbano. A literatura indígena não está somente para registrar a memória e identidade dos povos originários. Ela tem também uma função política e social, no sentido de trazer para o corpo do texto problemáticas que estão nessas comunidades, em grande parte devido ao contato com a cultura ocidental, outros pela própria natureza humana dos indígenas, pois, como afirma Ytanajé Cardoso, “o indígena é cheio de defeitos como qualquer ser humano. Ele também tem os seus preconceitos”¹².

Os escritores indígenas, por meio de seus textos, buscam um diálogo com as sociedades não indígenas para ressignificarem sua história, em um movimento

que se faz entre o passado e o presente, atualizando sua ancestralidade e colocando em pauta a condição indígena na sociedade contemporânea.

Os povos, pela literatura, estão atuando politicamente; ler nos convida a refletir sobre nosso posicionamento diante de determinada situação cultural, política ou social e, nessa caminhada ora anunciamos, educamos e denunciemos. [...] Sempre alguém falou pelos povos, é chegada a hora de cada nação se manifestar sobre sua realidade e cultura. Então o pensamento começou a ser organizado e desenhado, ganhou forma de letras, gravuras, imagens e adentrou aldeia e cidade. Isso explica o fato de ser importante aprender a ler e escrever em Português, idioma brasileiro, sem perder a língua materna. (KAMBEBA, 2020, p. 92).

Ler e escrever em língua portuguesa é uma estratégia de resistência dos povos originários e de acesso à cultura ocidental para que, de posse dela, a usem em seu favor sem necessariamente abandonar suas raízes indígenas. Não se pode esquecer também de que muitos povos foram obrigados a falar em língua portuguesa. Essa foi uma das estratégias do colonizador para apagar e silenciar a cultura dos povos originários.

Esse processo de dominação ainda existe e é destacado no romance **Canumã: a travessia** quando há uma preocupação com a educação dos mais jovens, que

¹² Entrevista concedida em 20 de março de 2021, via Plataforma Google Meet.

se encontram muito envolvidos com as tecnologias e isso se reflete na falta de interesse desses jovens em participar do aprendizado na aldeia, principalmente no diz respeito à escuta e à contação de histórias. O romance toca em uma questão muito cara e muito delicada para os povos indígenas: os estereótipos lançados a respeito deles. Entre esses estereótipos está a ideia de que o indígena é um ser do passado.

-Pois é pessoal quando esse pessoal vem praça, eles acham que a gente ainda vive naqueles tempos que nossos antepassados se pintavam. Mas naquela época as pinturas não eram só de jenipapo não, era cicatriz mesmo! Os velhos pegava dente de queixada e riscava todo o corpo depois é que passava jenipapo. Aí cicatrizava e ficava para sempre. Hoje esse pessoal aí de fora vem pra cá e ainda querem ver a gente pintado desse jeito.

-Pois é, vovô, eles acham que a gente deve ficar o tempo todo do mesmo jeito. [...].
Como seu Guariba não perdia o costume...

- Pois é, pessoal outro dia eu estava em Manaus, tinha ido para uma reunião, lá. Aí a para parentada estava bagunçado lá. Porque é assim, né, de vez em quando chega gringo, lá, daí eles querem ver o índio pintado e tudo mais. Bom, como lá na capital dificilmente a gente vê índio pintado, daí alguns parente, para ganhar uma ponta a mais, convida os gringo pra visitar sua casa e

tudo mais, daí todo mundo se veste de índio pra agradar o gringo. Porque o gringo quer ver o índio, índio. Aquele que anda pelado e tudo. (CARDOSO, 2019, p. 194-195).

O excerto denuncia a visão equivocada e estereotipada que a sociedade não indígena ainda tem sobre os povos originários. O interessante no trecho da obra é que há também uma crítica aos indígenas que, de certa forma, ajudam a fortalecer esses estereótipos quando se vestem de índio e usam disso para tirar proveito próprio. Entre os inúmeros problemas que adentram nas comunidades indígenas, está também a tecnologia, uma das grandes responsáveis pelo afastamento dos indígenas jovens na participação das atividades tradicionais de sua comunidade.

Em entrevista cedida via plataforma Google Meet, Ytanajé Cardoso¹³ comenta sobre seu livro e sobre o problema das tecnologias em sua comunidade:

O livro, além de ser uma proposta, é uma denúncia. Porque o que está acontecendo com os povos indígenas hoje é que com esse processo de interação com as tecnologias, porque boa parte das aldeias tem energia elétrica. Mesmo nas aldeias mais distantes, você já tem uma televisão, já tem pontos de internet. Você começa até acesso às tecnologias e o povo indígena, aliás nem o povo não indígena, está preparado para manipular

¹³ Entrevista concedida 20 de março de 2021.

essas tecnologias de maneira benéfica para sua existência. E o que está acontecendo hoje nas comunidades indígenas é isso. Você está tendo energia elétrica 24 horas, a televisão, a internet. E muitas vezes os jovens são curiosos. Eles querem saber do que tem ali na internet. Grande parte dos nossos parentes mundurukus já tem Facebook. Deveriam não ter? Tem que ter. Acho que tem que ter. Só que sem uma orientação, sem uma educação, sem um amparo compatível com uma proposta de cuidado com essas tecnologias não é benéfico. Porque assim como se tem coisas boas para se pesquisar, tem coisas ruins para fazer. Então digamos, você acaba sendo seduzido por essas tecnologias o que vem distanciando esses jovens um pouco da sabedoria ancestral. Eu percebo isso na minha realidade específica. Então o que acontece? Antigamente os velhos tinham um poder muito grande. Antigamente os velhos tinham poder na sua fala, tinha uma autoridade ancestral que só eles tinham. Hoje já vem mudando um pouco porque nossos velhos estão morrendo. Os conhecedores das histórias estão morrendo. E além de estarem morrendo, o imaginário da população jovem, está mudando. Eles já não estão dando tanta importância para os anciãos como davam antes das tecnologias nas comunidades.

Em harmonia com o precedente, **Canumã: a travessia** é um romance que toma como pano de fundo a história de uma família munduruku que faz a travessia do rio ao sair de sua aldeia para a cidade, trazendo no decorrer da narrativa a denúncia de muitos problemas vivenciados pelos indígenas e a relação destes com a cultura ocidental. Ao frisar o mau uso das tecnologias pelos jovens, Ytanajé Cardoso destaca que esse é um problema também presente em outras culturas. Outra questão enfatizada é o perigo nas comunidades indígenas da possibilidade de apagamento da memória ancestral, tendo em vista o comportamento dos jovens que, por conta das novas tecnologias, não se sentem mais atraídos pelo conhecimento dado pelos velhos. Esta é uma realidade presente também em contextos sociais não indígenas.

O romance **Canumã: a travessia** situa o leitor no contexto de uma aldeia, possibilitando-lhe conhecer um pouco da cultura munduruku, a forma de viver desse povo e o processo de saída para o contato com o espaço urbano. Nesse momento da narrativa, a interculturalidade se faz presente, pois é o momento em que a família indígena conhece a cidade e precisa se adaptar a um contexto social diferente do contexto da aldeia.

O romance nos explica porque muitos indígenas saem de suas aldeias e vão para a cidade e como a sociedade não indígena ainda vê e compreende os povos originários sob uma perspectiva colonial e estereotipada. A leitura da narrativa em questão pode ajudar o leitor a ter um olhar mais crítico e reflexivo em torno das sociedades indígenas, desconstruindo verdades absolutas que foram criadas sobre esses povos ao longo dos séculos.

A relação de alteridade entre o autor e sujeitos ficcionais, autor e leitor no romance **Canumã: a travessia** demarca o caráter responsivo da narrativa em questão. Isso acontece na literatura, na medida em que “na vida, depois de vermos a nós mesmos pelos olhos de outro, sempre regressamos a nós mesmos; e o acontecimento último, aquele que parece-nos resumir a realizar-se sempre mais categorias de nossa própria” (BAKHTIN, 1997, p. 37).

Independente do contexto histórico-social que a obra encena, a literatura tem esse poder de nos transportar no tempo e no espaço, nos levando a conhecer outras formas de pensamento, outros mundos, trazendo à tona temas e sentimentos universais e atemporais que, de certa forma, nos ajudam a compreender melhor o outro.

Fim da travessia, início de uma nova história

O romance **Canumã: a travessia** é a metáfora da história de muitos povos indígenas do Amazonas, contada por meio da literatura de ficção na realidade presente e no passado ancestral desses povos. As duas pontas, presente e passado, são indissociáveis no que concerne à história dos povos originários.

Em **Canumã: a travessia** essa realidade não é diferente, pois a historicidade do escritor se faz presente no romance, tendo em vista as reflexões levantadas em torno da memória ancestral de seu povo e do perigo desta memória ser apagada devido a inúmeros problemas presentes no cotidiano das aldeias, advindos da sociedade ocidental,

e que têm, de certa forma, forçado os povos indígenas a ressignificarem sua história e sua existência.

O romance denuncia todos esses problemas. Toma como pano de fundo a história de uma família munduruku que se vê diante de um dilema: permanecer na aldeia ou se mudar para a cidade em busca de melhores condições de vida. Ao decidir fazer a travessia, a família deixa para trás a aldeia, mas a mantém presente em sua memória, em contato com a cultura urbana, com a sociedade não indígena. As denúncias sociais inscritas no romance, por fim, propõem uma reflexão da condição do indígena na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Inês de. **Desocidentada: experiência literária em terras indígenas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- BAKHTIN, Mikail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BEHR, Héloïse. **A emergência de novas vozes brasileiras: uma introdução à literatura indígena no Brasil**. In: MELLO, Ana Maria Lisboa de; PENJON, Jacqueline; BOAVENTURA, Maria Eugênia (orgs.). Porto Alegre: EDTPUCRS, 2016.
- BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.
- BRITO, Tarsilla Couto de. Autodefinições literárias: o que a teoria literária aprende com autoras e autores indígenas? In: DAMIÃO, Carla Milani; BRANDÃO, Caius (orgs.) **3. Colóquio de Estética da FAFIL/UFG: Estéticas Indígenas** [ebook]. Goiânia: Gráfica UFG, 2019.
- CARDOSO, Ytanajé Coelho. **Canumã: a travessia**. Manaus: Editora Valer, 2019.

CARVALHO, Luis A. Mendes de; AVILAR, H. Damasceno. Língua nativa e sociedade: uma experiência em Boca do Acre/AM. **Extensão em Revista**, Manaus, UEA, 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Kafka**: por uma literatura menor. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DORRICO, Julie. **A teoria e a literaturaindígena na educação**: outras formas de nomear. Disponível em: <www.uol.com.br>. Acesso em 03 abr. 2021.

GIACOMO, Fred Di. **Breve história da literatura indígena contemporânea**: pioneiros. Disponível em: <www.uol.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2021.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

KAMBEBA, Márcia Wayna. O olhar da palavra. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (orgs.). **Literatura indígena contemporânea**: autoria, autonomia, ativismo. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Poemas e crônicas**: AyKakyriTama = Eu moro na cidade. Manaus: Grafisa Gráfica e Editora, 2013.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006

MUNDURUKU, Daniel. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura. O reencontro da memória. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloísa Helena; DANNER, Fernando (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

MUNDURUKU, Daniel. **Dia do índio é data folclórica e preconceituosa**. Disponível em: <<https://g1.globo.com>>. Acesso em: 23 mar. 2021

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista – Discurso do confronto**: Velho e Novo Mundo. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.

SOUZA, Ely Ribeiro. Literatura indígena e direitos autorais. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (orgs.). **Literatura indígena contemporânea**: autoria, autonomia, ativismo. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

THIEL, Janice. **Pele silenciosa, pele sonora**: a literatura indígena em destaque. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

DELMA PACHECO SICSÚ é graduada em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (1994) e Comunicação Social/Jornalismo, também pela Universidade Federal do Amazonas (2013). É especialista em Literatura Brasileira Moderna e Pós- Moderna pela UFAM (Universidade Federal do Amazonas); Especialista em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas pela Faculdade Aldemar Rosado (FAR), em convênio com o Centro de Formação, Estudos e Pesquisas. É Mestre em Letras e Artes pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Literatura (PósLit - UnB). É professora da rede pública estadual do Amazonas e, desde 2003, é professora da Universidade do Estado do Amazonas, atuando no curso de Letras do Centro de Estudos Superiores de Parintins. Foi coordenadora do curso de Letras do CESP (Centro de Estudos Superiores de Parintins) de 2014 a 2018. Atualmente coordena o curso de Letras modular de oferta especial em municípios do Amazonas: Boca do Acre, Eiurunepé, Manicoré e Presidente Figueiredo. Foi coordenadora de área do

PIBID (Programa de Iniciação à Docência) no subprojeto Oficina de Produção de Texto.

DANGLEI DE CASTRO PEREIRA é graduado e Doutor em Letras pela UNESP. É pós-doutor em Literatura brasileira pela USP (2012) e pela Université de Rennes 2 (2020). É professor de Literatura brasileira na Universidade de Brasília (UnB), no Programa de Pós-Graduação em Literatura – PósLit na UnB, no Programa de Pós-Graduação em Letras da UNEMAT/Sinop/MT e no Programa de Pós-Graduação em Estudos em Linguagens (UFMS/Campo Grande/MS). É líder do grupo de Pesquisa “Historiografia Literária, Cânone e Ensino”. É, também, membro do GT Literatura e Ensino da ANPOLL e pesquisador da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF).

O(S)VENDEDOR(ES) DE PASSADOS: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES HISTÓRICAS NA LITERATURA E NO CINEMA

João Luís Pereira Ourique

Universidade Federal de Pelotas-UFPel

lourique@yahoo.com.br

O vendedor de passados (2004), romance de José Eduardo Agualusa, traz uma importante discussão acerca da construção de identidades – individuais e nacionais – no contexto do pós-colonialismo de Angola. O protagonista Félix Ventura vende os passados desejados pelas pessoas que querem se integrar em uma nova realidade, apagando suas histórias em nome de um futuro a ser construído com base em uma imagem, um sonho, um ideal, ou marcado pelo medo do passado. O filme brasileiro homônimo (2015) baseado na obra de Agualusa apresenta Vicente, personagem de Lázaro Ramos, como um “vendedor de passados” que procura trazer lembranças de tempos que não existiram, mas que seus clientes procuram se apegar para diluir as suas existências reais e vazias. O encontro com Clara, vivida por Alinne Moraes, faz com que Vicente seja levado a produzir um passado traumático para ela, estabelecendo uma ligação com outro contexto histórico e social: o da ditadura militar brasileira (1964-1985). Estes olhares para passados conflituosos e como as novas